



REFLEXÕES SOBRE A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Alexey Carvalho¹

Doutorando em Educação e Mestre em Tecnologia

RESUMO

O fenômeno da globalização, centrado na economia, tem profundos impactos em toda a sociedade, na cultura e, no que tange à educação superior brasileira, tem ocorrido com maior intensidade nas últimas duas décadas. O cerne das discussões está no interesse dos organismos internacionais, supranacionais, que anseiam por transformar a educação em *commodity* em oposição à concepção de educação como bem público e social.

O objetivo deste artigo é levar à reflexão as principais influências da globalização na educação superior brasileira. Para isso, foi feita uma análise crítica da literatura pertinente, abordando os principais organismos internacionais como Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), dentre outros, assim como suas principais diretrizes para as políticas governamentais em relação a qualidade e financiamento.

Desta forma, busca-se fornecer subsídios que contribuam para um debate amplo de ideias, visando compreender e discutir o que há por trás das políticas, programas e diretrizes da educação superior, não mais de maneira isolada, mas entendidos como componentes interligados e interdependentes de um sistema complexo da educação mundial, no qual o foco é o desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Educação Superior, Avaliação, Globalização, Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno da globalização se caracteriza pela consolidação de um sistema econômico mundial, que provoca impactos em toda a sociedade, com a adoção de políticas transnacionais com relações de interdependência que ultrapassam as barreiras das nações. Dentro deste contexto, a educação superior é associada ao desenvolvimento econômico, uma vez que se torna preponderante na atual sociedade do conhecimento. Neste artigo, serão analisadas e trazidas à reflexão, algumas das

¹ Universidade Sorocaba, Sorocaba-SP, alexeycarvalho@gmail.com

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



influências ocorridas na educação superior brasileira nas últimas duas décadas, passando pela discussão da educação como *commodity*, com enfoque nas políticas de qualidade e de financiamento.

Com a intensificação da globalização, tendo no centro a economia e o capital, tem ocorrido um enfraquecimento dos estados nacionais, em detrimento aos interesses econômicos das grandes corporações. A educação superior assume então, o papel de formadora e qualificadora da força de trabalho para a melhoria da eficiência e da produtividade, em contraponto à formação plena do indivíduo como cidadão crítico e reflexivo.

As atuais políticas educativas, influenciadas por esta concepção de educação superior, a serviço do desenvolvimento econômico, impelem os governos nacionais a promover a ampliação do acesso à educação superior, seja por meio de instituições públicas ou privadas. Em sendo, a educação superior tratada como negócio, com a exploração pela iniciativa privada passa a ganhar contornos de serviço, que só tem acesso quem pode pagar por ele, em oposição à concepção de bem público e social, dever do Estado.

Dadas as conjunturas de interdependência e interconexões globais, advindas da globalização, emanam as forças dos organismos internacionais, dominados pelo grupo hegemônico das grandes economias, que definem os conceitos, as diretrizes e orientações, com caráter supranacional, que devem ser seguidas pelos demais estados nacionais, muitas vezes negligenciando os aspectos culturais, de contextualização e de inserção social, indissociáveis do processo educativo.

Dentre os organismos internacionais que têm tido influência na educação superior brasileira, serão abordados com destaque o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), dentre outros, que exercem lateralmente influência, direta ou indiretamente, em cooperação com os mesmos.

O objetivo deste artigo é fornecer subsídios que contribuam para uma reflexão das mudanças que impactam o cotidiano das Instituições de Ensino Superior (IES), buscando fomentar o debate ideias, de forma a compreender que muito do que é praticado hoje tem origem em uma agenda da educação mundial, centrada na economia e que exige uma análise ampla e não de forma isolada.

Para atingir o objetivo proposto, o artigo foi dividido em duas partes, na primeira é feito um resgate histórico dos organismos internacionais abordados, destacando sua relevância, diretrizes e políticas atuais, assim como, suas relações



com outros organismos, tendo como norte documentos e informações oficiais destes. Na segunda parte, serão apresentadas algumas das influências destes organismos, nas políticas educacionais brasileiras para o ensino superior, com destaque para os temas de qualidade e financiamento.

2. ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Dentro do contexto da globalização, vários são os organismos e atores internacionais que exercem influência na educação, porém, devido à amplitude deste trabalho, buscou-se elencar alguns deles, considerando a evidência de suas políticas e diretrizes, com impacto na educação superior brasileira nas duas últimas décadas.

De acordo com Mello (2012), a Conferência de Bretton Woods, realizada em julho de 1944, é tida como o berço da arquitetura da geopolítica mundial do pós-guerra e originou o que alguns autores chamaram de instituições de governança global: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) sucedido pela Organização Mundial do Comércio (OMC), completando a “tríade do sistema Bretton Woods”.

O Banco Mundial foi concebido em 1944, para a reconstrução da Europa, pós-guerra, atualmente o Grupo Banco Mundial, que será denominado aqui apenas de Banco Mundial (BM) engloba cinco instituições, das quais duas possuem histórico de atuação na educação, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), sendo as demais voltadas ao setor privado e ao mercado financeiro. Fica sediado em Washington, Estados Unidos e a composição de cada uma de suas instituições é distinta, no BIRD, por exemplo, tem 188 países membros, entre eles o Brasil, tendo como principais acionistas Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido (BM, 2011; BM, 2014).

Assim como o BM, o Fundo Monetário Internacional (FMI) também foi concebido em 1944, com vistas à reconstrução da Europa, tem sede também em Washington, Estados Unidos e curiosamente dividiu o mesmo prédio com o BM durante muitos anos, suas relações serão abordadas mais adiante. Conta com 188 países membros, tendo como principais cotistas Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, China e Itália, com cerca de 47% das cotas, o Brasil possui 1,79% (FMI, 2014).

Em linhas gerais, o FMI tem por objetivo garantir o equilíbrio da economia mundial e a estabilidade da taxa de câmbio, supervisionando a saúde econômica de

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



seus países membros, oferece assessoria técnica e treinamento para melhoria da gestão econômica e fornece recursos para ajudar aqueles com dificuldades em sua balança de pagamentos. Além dos países membros, trabalha ainda em conjunto com outras organizações internacionais para promover o crescimento econômico e a redução da pobreza (BM, 2014).

Ao longo de sua história, tanto o FMI quanto o BM tiveram momentos de maior ou menor proximidade, mas sempre mantiveram certa sintonia nas questões relacionadas à educação, uma vez que ambos convergem na posição de que investimentos em educação contribuem para o aumento da produtividade e conseqüentemente para o desenvolvimento econômico. A relação mais clara de ambos pode ser notada quando os empréstimos a serem concedidos pelo BM para investimento em educação são condicionados a ajustes sugeridos pelo FMI na política econômica e fiscal do país beneficiário do recurso. Assim, o FMI exerce influência indireta contribuindo ou não para aprovação de projetos voltados à educação, a recíproca também pode ocorrer, quando um país recorre ao FMI e este sugere melhorias na educação, levando-o a recorrer a projetos do BM.

O terceiro membro da tríade, a Organização Mundial do Comércio (OMC) iniciou suas atividades em 1995, mas tem origem no GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) de 1947, constitui-se hoje na principal instância para regular as relações de comércio multilateral, no qual os governos-membros buscam resolver suas questões comerciais. Possui atualmente 160 membros, entre eles o Brasil, tem sede em Genebra na Suíça e tem como diretor geral o brasileiro Roberto Azevêdo (OMC, 2014).

As discussões que envolvem a OMC e a educação superior têm no seu bojo, a inclusão da educação no rol de serviço educacional desta organização, o acirramento das discussões se deu com a divulgação do documento “S/C/W/49” de 23 de setembro de 1998 (OMC, 1998), que apesar de ter caráter preliminar e consultivo, permite identificar algumas das intenções da OMC com a educação em todos os seus graus, traz indicativos de classificações, análises do mercado, utilizando-se de informações da OCDE, tratando especificamente de questões acerca da educação superior e da educação a distância.

O tratamento da educação como serviço, bem de consumo ou *commodity*, faria com que os países e grupos de educação, passassem a seguir as regras de mercado, podendo ter questionados subsídios, financiamentos públicos ao setor, assim como, terem questionadas as barreiras ao capital internacional para exploração do setor,

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



como eventual protecionismo. Há ainda um caminho a ser trilhado nestas discussões, porém, trata-se de um grande alerta para as discussões das políticas educacionais da educação superior e sua natureza de bem público e social.

Um organismo internacional que tem aumentado sua influência na educação, nos últimos tempos é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), fundada em 1961, mas que teve origem na Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OEEC), criada em 1948, na época com objetivos semelhantes ao BM. Tem sede em Paris na França, atualmente é composta por 34 países com direito a participação e voto no conselho, o Brasil não é membro, mas participa do programa engajamento ampliado, que lhe permite compor alguns comitês. Tem como missão “promover políticas que melhorem o bem-estar econômico e social das pessoas em todo o mundo” (OCDE, 2014). A OCDE tem sido vista como um clube seletivo, que com base em suas realidades, acreditando em seus modelos e sistemas educacionais, impõem diretrizes aos demais, posteriormente serão analisadas convergência das ideias entre a OCDE e o BM.

Apesar de frequentemente ligada às causas sociais e ambientais, outra instituição internacional que desenvolve projetos na área de educação é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em geral com trabalho de consultoria e apoio técnico. Pode ser considerada uma agência intelectual da Organização das Nações Unidas (ONU), como ela própria se apresenta em UNESCO (2014), foi fundada em 1945, tem sede em Paris na França e conta 195 países membros, dentre eles o Brasil e 9 países associados. A UNESCO possui relação formal com o BM desde 1964, porém, sua participação no financiamento de projetos tem sido reduzida, devido à limitação de recursos, atualmente fornece *expertise* educacional necessária à identificação e ao design de projetos, trabalhando em cooperação com outros organismos, inclusive com o BM.

Nesta sessão buscou-se apresentar os organismos internacionais que têm influenciado de alguma forma as discussões e as políticas vigentes na educação superior. Muitas atividades ou projetos destes organismos estão inter-relacionados, sendo que podem trabalhar em cooperação e em paralelo. Porém, o que será analisado a seguir é que possuem pontos de convergência de como a educação superior deve ser tratada no cenário mundial de desenvolvimento econômico.

2. INFLUÊNCIAS DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Os organismos internacionais apresentados possuem, até certo ponto, características supranacionais e têm influenciado a educação superior brasileira, nesta sessão serão analisadas as influências mais recentes de até duas décadas passadas. Ocorreram vários marcos, encontros, conferências e resoluções que envolveram estes organismos, que devido ao escopo do trabalho não será possível analisar, buscar-se-á verificar seus objetivos gerais e a proeminência de suas diretrizes adotadas no ensino superior brasileiro. Para evitar interpretações ideológicas ou mesmo parciais destas diretrizes e políticas, serão utilizados como referências principais, documentos e informações disponíveis dos próprios organismos analisados.

Como referência do BM é o livro *La Enseñanza Superior*, publicado em 1995, que apresenta estudos, chamados de lições de experiências, com o intuito de debater sobre as políticas do BM no ensino superior, suas relações com os beneficiários de seus empréstimos e melhorar a eficácia dessa assistência. Como referência da OCDE será utilizado o documento publicado em 2008, intitulado “O Ensino Superior na Sociedade do Conhecimento”, baseado em uma investigação internacional do ensino superior, destacando a preocupação com as políticas de educação superior que contribuam para o desenvolvimento econômico e social.

O BM (1995) define quatro orientações chave para uma possível reforma da educação superior: 1) Fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas; 2) Proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem suas fontes de financiamento, inclusive com a participação dos estudantes nos custos, além de uma estreita vinculação entre o financiamento e os resultados; 3) Redefinir a função do governo no ensino superior; e 4) Adotar políticas que priorizem os objetivos de qualidade e equidade.

Considerando a abrangência dessas orientações, optou-se por analisar os itens 1 e 4, a questão da diferenciação das instituições e questão da qualidade, respectivamente. Analisando os dados do censo da educação superior de 2001 a 2012 (INEP, 2012) verificou-se que neste período, o número de IES no Brasil cresceu 74%, passando de 1.391 para 2.412. A expansão ocorreu tanto em IES públicas como privadas, com crescimento de cerca de 75% nas privadas contra 66% nas públicas. Nas privadas, o maior crescimento absoluto se deu no número de Faculdades, passando de 1.059 para 1.898, com aumento de 79%; já nas públicas, houve o incremento de 37 novas Universidades Federais e 14 Institutos Federais, além de 8 Centros Universitários Federais. Destaca-se no contexto da IES pública a contribuição do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Federais (REUNI), Brasil (2007), com a destinação de recursos e que teve importante participação no processo de ampliação das instituições públicas de educação superior, não cabendo aqui julgamento de valor acerca de sua eficácia, que ainda hoje é alvo de discussões.

Diante dos dados apresentados, é possível constatar a adesão à orientação do BM no que concerne o incentivo à diferenciação das IES e estímulo à iniciativa privada, com a expansão pública ocorrendo majoritariamente via universidades que, por finalidade, concentram a pesquisa e por sua vez a expansão privada, por meio de faculdades, voltadas ao ensino. Porém, Dias Sobrinho (2010a) lembra o lado obscuro que esta política pode produzir, as faculdades privadas, em especial de pequeno porte, por não terem em geral pesquisa sistemática, dificilmente beneficiarão seus estudantes dos resultados de suas pesquisas e os fará, quando egressos, por não terem desenvolvido competências em pesquisa, estar em desvantagem no mundo do trabalho e na sociedade.

Com relação à orientação do BM acerca da qualidade, pode-se destacar, dentre outras ações, a criação em 1995 do Exame Nacional de Cursos (ENC) pela Lei Nº. 9.131, de 24 de novembro de 1995, que ficou conhecido como provão e vigorou de 1996 a 2003, aplicado aos egressos dos cursos superiores, que veio a ser substituído em 2004 pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). De acordo com Dias Sobrinho (2010b) a influência dos organismos internacionais imprimiu racionalidade economicista e tecnocrática à avaliação da educação superior brasileira, em especial nos exames nacionais gerais que ganharam importância como instrumento de controle para medir eficiência e eficácia dos cursos e instituições segundo critérios de mercado, servindo ao interesse dos organismos internacionais.

Para a OCDE (2008, p.2)

“ensino superior é um fator importante de competitividade econômica no contexto de uma economia mundial cada vez mais dependente do conhecimento tornou a elevada qualidade do ensino superior mais importante que nunca. É imperativo para os países aumentar o nível superior de capacidades para o emprego, manter uma base de investigação competitiva a nível mundial e melhorar a difusão do conhecimento em benefício da sociedade.”

É preconizado ainda, pela OCDE (2008) que a principal função das autoridades educativas é garantir a aplicação eficiente dos recursos públicos nas IES, lembrando ainda que a maioria dos países tem três desafios principais: aumentar as taxas inclusão no ensino superior; melhorar a qualidade e alcançar nível sustentável de financiamento (OCDE, 2008). É possível ver claramente a convergência das orientações da OCDE e do BM, acerca do que se espera dos estados nacionais na

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



educação superior. Dentre suas principais orientações para as políticas do ensino superior, serão destacadas duas: 1) Adequar as estratégias de financiamento às prioridades nacionais; e 2) Garantir e melhorar a qualidade.

No Brasil ficou evidente a inserção do financiamento à educação superior dentre as prioridades nacionais, com a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), em 2005 (BRASIL, 2005) e o impulso dado em 2010 ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que apesar de criado em 1999, no ano de 2010 passou a ser gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com novas regras e maior volume de recursos.

O PROUNI concede bolsas integrais ou parciais em IES privadas e não há contrapartida do estudante. Já no caso do FIES, as mensalidades podem ser financiadas parcial ou integralmente, com taxas subsidiadas, atualmente em torno de 3,4% ao ano, e somente começar a pagar após a conclusão do curso e mais um período de carência, num prazo de até três vezes a duração do curso.

Importante mencionar que ambos os programas têm critérios específicos, que visam a atender estudantes de baixa renda, mas trazem como condição comum a participação do estudante no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), considerando ainda que no PROUNI, a nota auferida do exame é utilizada como critério classificatório. A ampliação dos programas tem ocorrido a passos largos, de acordo com as informações do Governo Federal (PORTAL BRASIL, 2014), somente entre os anos de 2010 e 2013, foram firmados mais de 1,16 milhão de contratos no FIES, um crescimento vertiginoso, passou de 76,1 mil contratos em 2010 para 556,5 mil em 2013. Convém mencionar ainda que o crescimento do FIES corrobora com a orientação do BM para que seja incentivado financiamento pelo princípio de partilha de custos entre o Estado e estudante.

Outra característica comum aos programas é de somente estarem aptos a participar, os cursos de IES com conceitos positivos nas avaliações do Ministério da Educação (MEC), influenciado diretamente pelo resultado do ENADE, que tem grande peso no conceito do curso e no conceito institucional. Desta forma, evidencia-se novamente a incidência das orientações da OCDE, ou seja, o financiamento atrelado à qualidade.

A Lei Nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que se tornou o grande marco regulatório para avaliação de cursos, instituições e estudantes da educação superior brasileira. Em sua concepção original, de acordo com Dias Sobrinho (2010b), previa enquanto sistema, articulação entre avaliação e regulação, com respeito à identidade institucional, à diversidade de instituições e para isso requeria instrumentos flexíveis e

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



adaptáveis às peculiaridades de cada IES, sem romper os princípios e objetivos gerais e comuns do SINAES.

Apesar de disposto na lei do SINAES (BRASIL, 2004) em seu artigo 2º. inciso III que deve-se assegurar “o respeito a identidade e à diversidade das instituições e dos cursos”, explicitando o exposto anteriormente, passados dez anos desde sua criação, isso ainda não é uma realidade. Os instrumentos de avaliação padronizados não permitem considerar suficientemente os aspectos relativos à contextualização e inserção regional e nem de diferenciação das categorias administrativas das IES, universidades, centros universitários e faculdades, por exemplo. O SINAES tem passado por constante aprimoramento, tendo estado em linha com as orientações da OCDE (2008), que prevê que se desenvolva uma cultura de qualidade no sistema da educação superior, com mecanismos de avaliação interna e externa, reforçando as estruturas dos organismos de garantia da qualidade, todos estes, previstos na lei do SINAES.

Cabe a reflexão ainda do papel do SINAES como fonte geradora de indicadores, que também servem às diretrizes internacionais tanto do ponto de vista de governança e regulação, como de prestação de contas dos investimentos em relação aos resultados apresentados à sociedade e norteador de políticas para a educação superior. Porém, neste sentido, acaba a educação superior por incorporar ou até internalizar terminologias e conceitos típicos de mercado, com seu lado sombrio, de medidas excessivas de desempenho, como taxas de retorno dos investimentos e financiamentos, assim como as possibilidades de classificar em *rankings*, distorcendo em muitos casos, o real valor social das instituições em seus contextos.

É discutível ainda a real eficácia dos grandes exames como o ENEM e o ENADE, sobretudo o fato de as escolas no ensino médio estarem mais preocupadas em preparar os estudantes para o ENEM do que com o conteúdo em si, pois isso influenciará em sua posição no *ranking*. Assim como as IES que dependem do resultado do ENADE, conforme já mencionado, mas onde não há estímulo do estudante em participar, a não ser a obrigatoriedade, e ao mesmo tempo são confrontadas com as necessidades e imposições do mercado e dos exames de ordem, dependendo da área de formação.

Ao longo desta sessão buscou-se analisar algumas das influências dos organismos internacionais na educação superior brasileira, tendo como enfoque, os temas qualidade e financiamento, destacando-se a estreita relação entre ambos, uma



vez que a busca pela eficiência na aplicação dos recursos perpassa pelas diretrizes dos organismos citados, despertando a reflexão do caráter reducionista e a lógica econômica de medidas de mercado que se entranharam na educação superior.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência da globalização tem ocorrido em todo o mundo e a educação superior passa por um grande debate, que envolve o papel das universidades, as atribuições docentes, os conteúdos, dentre outros; contudo optou-se por focar os temas: qualidade e financiamento.

Foram abordados os organismos internacionais que exercem influência direta ou indireta na educação superior, com ênfase nas políticas e conceitos gerais do BM e da OCDE. Buscou-se apresentar os organismos e suas relações, assim como, analisar os pontos de convergência existentes entre eles, com o objetivo de subsidiar as discussões sobre estes temas, sem a pretensão de se exaurir os assuntos.

Pode-se dizer que há convergência entre os organismos abordados, em três pontos: 1) a educação superior é importante instrumento para o desenvolvimento econômico e por sua vez pode contribuir para a redução das desigualdades sociais; 2) é preciso ampliar o acesso à educação superior, seja por meio de instituições públicas ou privadas; e 3) é necessário que haja um sistema de qualidade na educação superior capaz de garantir a adequada aplicação dos recursos em face aos resultados para a sociedade.

Por outro lado, alguns pontos ainda têm gerado grandes debates e poderão ser tratados em trabalhos futuros, como: 1) o financiamento do ensino superior sobre o princípio de partilha de custos entre o Estado e estudante; 2) o caráter reducionista dos sistemas de avaliação que negligenciam a contextualização e o papel de inserção social das IES; 3) a busca por tratar a educação superior como serviço, negociável internacionalmente e regulada pela OMC, em oposição à concepção de bem público e social.

Acredita-se que as considerações apresentadas podem auxiliar com subsídios para o debate e reflexão acerca do cotidiano nas IES, uma vez que muito do que se pratica hoje tem origem em uma agenda educacional mundial, centrada na economia e precisa ser analisada considerando sua característica de interdependência.

4. REFERÊNCIAS

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



BM, Banco Mundial – World Bank. **Site Institucional**. Disponível em: <http://www.worldbank.org>. Acesso: 19 set. 2014.

BM, Banco Mundial – World Bank. **La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia** (El Desarrollo en la práctica). Washington, D.C.: BIRD / Banco Mundial, 1995.

BM, Banco Mundial – World Bank. **A guide to The World Bank**. 3. ed. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2011.

BRASIL. **Decreto No. 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. **Lei No. 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. **Lei No. 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jan. 2005.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010a.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da Educação Superior Brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010b.

FMI, Fundo Monetário Internacional. **Site Institucional**. Disponível em: <http://www.imf.org/> Acesso: 12 set. 2014.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumos Técnicos – Censo da Educação Superior 2012**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/cento-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>. Acesso: 19 set. 2014.

MELLO, HIVY D. A. **O Banco Mundial e a Educação no Brasil: convergências em torno de uma agenda global**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Site Institucional**. Disponível em: <http://www.oecd.org/>. Acesso: 19 set. 2014.

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Tertiary Education for the Knowledge Society**. Paris: OECD, 2008.

OMC, Organização Mundial do Comércio – World Trade Organization. **Site Institucional**. Disponível em: <http://www.wto.org/> Acesso: 12 set. 2014.

OMC, Organização Mundial do Comércio – World Trade Organization. **Council for Trade in Services – Education Services - S/C/W/49**. 23. set.1998 Disponível em: www.wto.org/english/tratop_e/serv_e/w49.doc. Acesso: 21 set. 2014.

PORTAL BRASIL. **Site Institucional**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/01/fies-supera-marca-de-556-mil-contratos-em-2013> Acesso: 19 set. 2014.

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
Site Institucional. Disponível em: <http://en.unesco.org/> Acesso: 19 set. 2014.